

Corredor atrai mais municípios

Cerca de 33 municípios do Leste de Minas Gerais querem se integrar ao Corredor de Transporte Centroleste, transferindo, dessa forma, para os portos capixabas o escoamento da produção agroindustrial da região, atualmente feito pelo Porto de Santos, em São Paulo. A proposta foi apresentada nesta semana por uma comitiva de nove prefeitos e vários empresários à gerente do escritório regional do corredor, Sandra Stheling.

Segundo afirmaram os prefeitos durante a visita, o Leste mineiro tem maiores perspectivas de desenvolvimento aliando sua economia à do Espírito Santo. Os convênios que estão sendo viabilizados com os portos europeus de Trieste, Roterdã e Ghente, na opinião deles, abrem nova perspectiva para as exportações daquela região. Tanto que chegaram a solicitar à gerente o apoio político do Governo do Estado a um pleito ambicioso: a construção de uma variante de ferrovia, interligando Belo Horizonte a Vitória, cortando todo o Leste mineiro.

Ao relatarem ontem o encontro dos prefeitos com os técnicos do escritório regional do Corredor

Centroleste, a subsecretária de Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes), Eliane Abaurre Ferrari, e o titular da pasta, Paulo Augusto Vivácqua, afirmaram que a visita abriu novas perspectivas para a economia capixaba.

Corredor Sudeste

Para interligar os 33 municípios do Leste de Minas Gerais ao Corredor Centroleste, Vivácqua disse que não serão necessários investimentos em nova ferrovia. Ele disse que o Espírito Santo já assinou convênio com o Rio de Janeiro para que se desenvolvam ações políticas de forma a aproveitar todo o potencial de transporte ferroviário. Os dois Estados querem, em síntese, que a Rede Ferroviária Federal (RFFSA) modernize a ferrovia que interliga o Rio, Campos, e o Leste mineiro, chegando a Cachoeiro de Itapemirim e depois a Vitória.

O secretário afirmou que este trecho ferroviário é subaproveitado devido às suas deficiências. Com pequenos investimentos ele acredita que não só o Leste mineiro, mas também o Norte fluminense, poderá se interligar ao Centroleste, constituindo-se num novo

corredor de transportes, chamado por ele de Corredor Sudeste.

Compareceram à Sedes os prefeitos de Alto Jequitibá (ex-Presidente Soares), Carapaó, Durandé, Espera Feliz, Carangola, Lajinha, Manhumirim, Manhuaçu e Muriaé. Eles propuseram, ainda, ações conjuntas na área de turismo, especialmente para um maior aproveitamento do Parque Nacional do Caparaó, que abriga o Pico da Bandeira, o segundo maior ponto culminante do país. Outro ponto de interesse da comitiva foi o projeto "Uma Vila Um Produto", que a Sedes pretende dinamizar neste ano, dentro do programa de interiorização do desenvolvimento (Proin).

Este projeto tem por objetivo identificar nos municípios capixabas produtos capazes de serem comercializados no mercado asiático. O Leste mineiro está disposto a adotar o mesmo programa para, através do Corredor Centroleste, atingir este mercado. "Eles identificaram no projeto uma possibilidade concreta de ampliar as exportações da região", finalizou a subsecretária Eliane Abaurre Ferrari.

Foto de Nestor Muller

Capuaba terá terreno cedido para a Codesa

O Governo federal pretende transferir para a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) uma área de quase um milhão de metros quadrados, onde atualmente está instalado o cais de Capuaba. Com esta transferência, a participação da União no capital social da empresa, que era de cerca de 80%, com Cr\$ 36 bilhões, a preços de dezembro de 91, passa a ser acrescida de mais Cr\$ 19 bilhões, que é a cotação do terreno, em valores de setembro do ano passado.

O aumento da participação do Governo no capital da Codesa, segundo informação passada ontem pelo presidente da empresa, Wilson Calmon, foi aprovado na última reunião de acionistas ocorrida em janeiro. O Estado do Espírito Santo terá um índice menor na composição acionária, uma vez que não anunciou no encontro nova injeção de recursos. Do capital anterior da Codesa, de Cr\$ 38 bilhões, a participação estadual até o ano passado era correspondente a Cr\$ 2 bilhões. "Só a União refor-



Área de quase um milhão de metros quadrados, em Capuaba, passará à Codesa

çou a sua participação como acionista, ao transferir o terreno para a Codesa", revelou.

A partir da posse do terreno, Wilson Calmon disse que Capuaba poderá abrigar novos investimentos privados em sua retroárea. Até então, o porto ocupava um espaço pertencente à Marinha, o que impedia a expansão das atividades. Calmon explicou que a medida ampliará as atuais fronteiras do cais em pelo menos 500 mil metros quadrados. "É um espaço a mais que poderá ser usado para dinamizar os embarques de grãos, mármore e granito".

O presidente da Codesa espera que o Governo federal oficialize o mais rápido possível o aumento da participação acionária, para que possa dar início, ainda neste ano, a um processo de licitação pública para a ocupação da nova área por empresas privadas. Conforme acrescentou, pretende usar o local para dar continuidade ao programa de parceria iniciado no ano passado, que já permitiu a instalação em Capuaba de um silo com capacidade de 18 mil toneladas estáticas de propriedade da Rhodes, empresa subsidiária da Cervejaria Brahma.